



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA**

MARCILENE BENTO DE LIMA

**CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE O
PROTAGONISMO FEMININO E A DOCÊNCIA MASCULINA NAS CRECHES**

**GUARABIRA – PB
2018**

MARCILENE BENTO DE LIMA

CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE O PROTAGONISMO
FEMININO E A DOCÊNCIA MASCULINA NAS CRECHES

Artigo de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora (a): Prof.^a Monica de Fátima Guedes de Oliveira

GUARABIRA - PB
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732c Lima, Marciene Bento de.
Caminhos da educação infantil [manuscrito] : reflexões sobre o protagonismo feminino e a docência masculina nas creches / Marciene Bento de Lima. - 2018.
29 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Profa. Ma. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Educação infantil. 2. Protagonismo feminino. 3. Docência masculina. I. Título

21. ed. CDD 372.24

CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: Reflexões sobre o protagonismo
feminino e a docência masculina nas creches

DATA DE DEFESA: 05/12 /2018

BANCA EXAMINADORA

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Profª. Ms.Mônica de Fátima Guedes de Oliveira-UFPB

(Orientadora)

Sheila Gomes de Melo

Profª Ms Sheila Gomes de Melo- UEPB

(Examinadora)

Francisco José Dias da Silva

Profª Ms Francisco José Dias da Silva- UEPB

(Examinador)

GUARABIRA
2018

A todos os meus familiares pelo apoio e carinho a mim dedicados para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela oportunidade, determinação e entendimento que me concedeu para chegar até aqui. Também por me permitir realizar este sonho e me inspirar a alçar voos mais altos.

Aos meus pais Arnaldo e Maria José por todo amor e cuidado que sempre me dedicaram, especialmente pelo apoio e incentivo que me deram ao longo desta graduação. Vocês são meu melhor exemplo de coragem e determinação!

Ao meu noivo Luiz Neto pela motivação e incentivo em minha trajetória acadêmica, sempre me apoiando e encorajando a seguir em frente.

Aos meus irmãos Marlene, Marinaldo, Marcelo e Márcia Maria pelas caronas, apoio, carinho e palavras de ânimo no decorrer de toda a minha trajetória de vida e escolarização.

Aos meus colegas de classe pelo companheirismo e amizade que construímos durante nossas vivências. Compartilhamos muitos momentos felizes, nos apoiamos nas dificuldades, compartilhamos também dúvidas, alegrias, construímos juntos novos conhecimentos, fortalecemos nosso vínculo a cada dia. Enfim aprendemos muito!

Aos professores que passaram por mim, pela confiança que depositaram a cada semestre, por me ajudar a superar dificuldades; apontar novos caminhos e, especialmente por me encorajar a seguir o belo caminho da docência. Não esquecerei suas contribuições para a minha formação, levarei de cada um algo de positivo para minha prática pedagógica.

Agradeço a minha professora e orientadora Mônica de Fátima Guedes de oliveira pela disponibilidade, solicitude e apoio na realização deste trabalho. E a todos que participaram direta e indiretamente para que este trabalho fosse realizado.

Agradeço imensamente a todos!

CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE O PROTAGONISMO FEMININO E A DOCÊNCIA MASCULINA NAS CRECHES

RESUMO

Este estudo é fruto de uma pesquisa bibliográfica e de campo de abordagem qualitativa realizada nas creches municipais da cidade de Guarabira- PB ,investigando a participação e / ou ausência da atuação masculina na docência da educação infantil. A pesquisa se deu através de observações nas salas de aula das creches, do relato de um ex professor de educação infantil do município e de entrevistas semiestruturadas com estudantes de pedagogia. Tendo como objetivo discutir a visão estereotipada da educação infantil como campo de trabalho unicamente feminino a partir de uma reflexão sobre a atuação masculina nesta etapa da educação básica. Na Fundamentação Teórica nos respaldamos nos seguintes autores: Hentges (2013), Leite e Nunes (2010), Libâneo (2012), Louro (2010), Oliveira (2011), Pimenta e Lima (2018). Concluímos que a docência masculina na educação infantil conflitante na atualidade é proveniente de uma construção histórica do país, onde o magistério se tornou atividade feminina.

Palavras-chave: Educação infantil, docência masculina, protagonismo feminino.

PATHWAYS OF CHILDREN EDUCATION: REFLECTIONS ON FEMALE PROTAGONISM AND MALE TEACHING ON CRUCES

ABSTRACT

This study is the result of a bibliographical and field research, of a qualitative approach carried out in the municipal nurseries of Guarabira - PB, investigating the participation and / or absence of the male performance in the teaching of infantile education. The research was done through observations in the classrooms of day care centers, the report of a former teacher of children's education in the municipality and semi-structured interviews with students of Pedagogy. The objective of this study is to discuss the stereotyped view of early childhood education as a feminine field of work based on a reflection on male performance in this stage of basic education. In the theoretical basis we support the following authors: HENTGES (2013), Leite e Nunes (2010), Libâneo (2012), Louro (2010), Oliveira (2011), Pimenta and Lima (2018). We conclude that teaching of boys in preschool education is nowadays a result of historical construction of the country.

Keywords: Child education, male teaching, female protagonism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISÃO TEÓRICA DO ESTUDO.....	12
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL, UM POUCO DE HISTÓRIA.....	12
2.2 CRECHES, UM CAMPO DE TRABALHO UNICAMENTE FEMININO?.....	16
3 METODOLOGIA.....	19
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29
APÊNDICE.....	31

1 INTRODUÇÃO

Entende-se por Educação Infantil as atividades realizadas com as crianças na faixa etária de 0 a 05 anos de idade nas instituições de ensino, sendo os atendimentos nas creches para as crianças de 0 a 03 anos e nas pré-escolas para as crianças de 04 a 05 anos. Momento de suma importância para a aprendizagem e desenvolvimento cognitivo e social das crianças, período no qual as mesmas percebem e buscam referências para a construção de sua identidade.

Nas salas de aula de educação infantil, sobretudo nas creches, observa-se com naturalidade que a grande maioria docente é composta por mulheres. E desde os primórdios desta fase educacional no Brasil tem sido assim, a docência infantil é, comumente, delegada aos cuidados femininos.

No que concerne à igualdade de direitos e espaço no mercado de trabalho, há muito tempo as mulheres tem lutado e, lutam constantemente para conquistar espaços, antes predominantemente masculinos e muito se avançou. No entanto, podemos perceber que o caminho inverso, muitas vezes, não vem sendo feito.

Ainda é frequente ver a educação infantil como campo de trabalho apenas feminino. Perdura também o antigo argumento de que cuidar/ ensinar crianças é “coisa de mulher” reforçando a visão preconceituosa de separação de funções entre homens e mulheres ainda difundidas na sociedade atual.

O objetivo geral deste estudo é discutir a visão estereotipada da educação infantil como campo de trabalho unicamente feminino a partir de uma reflexão sobre a atuação masculina nesta etapa da educação básica. Tendo como objetivos específicos: analisar a história da implantação da educação infantil no Brasil e do protagonismo feminino nesta; entender os processos que naturalizaram a educação infantil como atividade feminina e refletir sobre os entraves para a atuação masculina na docência da educação infantil.

Os homens que escolhem ser professores de crianças, especialmente da educação infantil, formam uma minoria no país, fato que acaba por reforçar o protagonismo feminino na docência infantil e, conseqüentemente, relembra a divisão sexual do trabalho. Indo mais longe, considerando esta pequena quantidade de professores do sexo masculino na docência infantil revela-se uma ideologia neutralizadora de especificação de trabalhos exclusivos para homens e mulheres que ainda vigora na sociedade atual.

Este trabalho justifica-se pela presença masculina ser quase nula neste segmento da educação; poucos são os professores que se aventuram por este caminho. Ao contrário do que se observa em outras etapas da educação básica, como ensino fundamental e médio onde a presença masculina na docência é muito mais significativa.

2 REVISÃO TEÓRICA DO ESTUDO

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL, UM POUCO DE HISTÓRIA

A atividade educacional voltada para as crianças de 0 a 05 anos de idade destinada ao desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, intelectuais e sociais, realizada nas instituições escolares, creches e pré-escolas – Educação Infantil praticamente não existiam até meados do século XIX no Brasil. O atendimento de crianças longe da mãe era inexistente, assim como instituições educativas como creches e parques infantis até meados deste mesmo século.

Esta atividade de cuidado e desenvolvimento da criança surge num momento complexo da história do país, num contexto de agitações e instabilidade. A segunda metade do século XIX foi marcada pela abolição da escravatura, acentuada da migração para a área urbana, surgimento de condições para o desenvolvimento cultural e a definição de República como forma de governo; período em que começa a modernização no país.

Desde o período que antecede à proclamação da República mesmo sem ações significativas já havia uma preocupação com as crianças. “No período que antecede à proclamação da República, observam-se iniciativas isoladas de proteção à infância, muitas delas orientadas ao combate das altas taxas de mortalidade infantil da época, com as casas de amparo” (OLIVEIRA, 2011).

Iniciativas começavam a surgir preocupadas com os diversos problemas que assolavam a vida das crianças, assim como o grande número de mortalidade infantil. Outro problema que gerava preocupações eram concernentes da abolição da escravatura era o destino dos filhos dos escravos, que não mais eram responsabilidade dos seus antigos senhores. Uma população que só crescia sem as mínimas condições de vida como moradia e saúde.

Além disso, ainda havia o aumento do abandono de muitas crianças decorrente dos fatos já citados e da exploração sexual da mulher negra e índia. Estes fatores configuravam o chamado “problema da infância”¹ e para atender a estes são criados asilos, internatos, creches, todas instituições destinadas a cuidar das crianças pobres.

¹ O que fazer com as crianças filhas de ex escravos, as crianças pobres e as abandonadas que se tornavam responsabilidade da República que até então ainda não tinha planejamento para o atendimento destas, que viviam em condições precárias, sem higiene ou saúde e em situação de pobreza.

Em todas as soluções apontadas se percebia uma ideia de assistencialismo. Assistencialistas também eram os jardins de infância, considerados “produtos estrangeiros” trazidos da Europa, originários dos preceitos educacionais do Movimento da Escola nova. Os primeiros jardins da infância foram criados em 1875 no Rio de Janeiro e 1877 em São Paulo pertencentes às entidades privadas. Estas instituições eram novidade no país e geraram grandes debates entre os políticos. No cerne das discussões estavam questões como: se existiam vantagens para o desenvolvimento das crianças; bem como a responsabilidade financeira do poder público para com estas instituições, pois se estas e outras instituições como as creches e asilos eram voltadas as crianças pobres, seu objetivo era a caridade assim sendo não deveriam ser mantidas pelo estado.

É importante lembrar que os jardins da infância começaram com a iniciativa privada, mas algum tempo depois vieram os públicos, mas que mesmo públicos atendiam as crianças das classes mais abastadas, nestes já havia uma programação pedagógica.

Nesse período, a preocupação com os menores das camadas sociais mais pobres também era frequente na imprensa e nos debates legislativos. Enquanto Rui Barbosa considerava o jardim de infância como a primeira etapa do ensino primário e apresentou, em 1882, um projeto de reforma da instrução no país, distinguindo salas de asilo, escolas infantis e jardins de infância, outrossim, o fortalecimento de um movimento de proteção à infância, que partia de uma visão preconceituosa sobre a pobreza, defendendo um atendimento caracterizado como dádiva aos menos favorecidos (OLIVEIRA, 2011, p. 93).

O discurso que culpabilizava os pais pela situação de seus filhos era o mesmo que sustentava a visão preconceituosa da pobreza e o atendimento as crianças pobres como uma dádiva, posto que estas ações varriam para debaixo do tapete a situação de miséria e abandono que a população pobre; sobretudo ex escravos enfrentavam uma pós abolição tardia e sem nenhum planejamento ou políticas públicas que pudessem promover a integração destas pessoas ao mundo do trabalho e à sociedade daquela época.

O que se percebe neste momento histórico é uma dualidade no atendimento às crianças. Se um lado um atendimento que caminha para uma ação pedagógica visando um futuro desenvolvimento das crianças mais afortunadas de outro, para as crianças pobres, um atendimento assistencialista e compensatório, onde não havia preocupação com o desenvolvimento infantil, mas apenas com o cuidar. Modelos que ainda podem ser observados em determinadas regiões do Brasil.

A migração da área rural para a urbana, a atividade industrial e a transformação da estrutura agrária para outra estrutura, a mão de obra masculina concentrada nas lavouras, as fábricas começaram a admitir a mão de obra feminina, o que trouxe a tona o problema do cuidado com seus filhos, necessidade que só cresceu. Este problema levava mulheres a cuidar dos filhos das outras em troca de dinheiro como as chamadas “criadeiras”². Neste período, por volta das décadas de 1920 e 1930 começam a surgir soluções como as creches e escolas maternas, de propriedade das empresas para assistir aos filhos das operárias retendo assim a sua força de trabalho.

A partir de 1932 com o Manifesto Pioneiros da Educação Nova discute-se a renovação do pensamento educacional instituindo a educação pré-escolar como a base do sistema escolar. Nesse momento de industrialização e urbanização das cidades o capitalismo em expansão exigia paliativos aos seus efeitos nocivos nos centros urbanos (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Oliveira (2011) mesmo com as instituições já criadas e voltadas para a proteção à criança, as iniciativas governamentais na área da saúde, previdência e assistência só prosperaram na década de 1940 quando questões como higienismo, filantropia e a puericultura dominaram a educação da criança pequena. Daí por diante as creches fora das instituições de caridade que com o passar do tempo receberam ajuda financeira do governo; bem como doações de pessoas ricas. Instituiu-se as classes pré-primárias junto aos grupos escolares, mas em várias cidades do país sem integração ocorriam os atendimentos em parques infantis, escolas maternas e jardins de infância.

Retomando a inserção da mulher no mundo do trabalho e no segmento da indústria devido a maioria da mão de obra masculina estar concentrada na agricultura, revela-se, na estrutura social do país uma divisão de tarefas baseada na questão do gênero – o trabalho mais pesado e que exigia maior esforço físico era tarefa masculina, enquanto para as mulheres era reservada a manutenção do lar e o cuidado com os filhos. Esta realidade foi alterada após o período de industrialização onde a mulher não mais se ocupa apenas do lar e dos filhos; como também desempenha um outro papel social, o de operária. Neste momento, como já citado, precisa-se de alguém que cuide dos filhos destas mulheres, estas encontram apoio em outras mulheres para o desempenho desta atividade.

A alteração na vida feminina não altera o trato com a criança pequena, ou seja, a criança passa a ser cuidada por outra mulher; o que demonstra que o cuidado das crianças

² Como eram chamadas, segundo Oliveira (2011), as mulheres que cuidavam das crianças; estas foram estigmatizadas como “fazedoras de anjos”, em consequência da alta mortalidade das crianças por elas atendidas, explicadas na época pela precariedade de condições higiênicas e materiais.

continua delegado como tarefa feminina. Fator social e cultural que pode ter contribuído mais tarde para o protagonismo feminino da docência infantil; assim como para o distanciamento do homem da educação infantil já que mesmo com todas as mudanças culturais e sociais da história a função e posição social deste não se modificaram.

Ainda ao que se refere à perspectiva assistencialista da educação é válido lembrar que as creches eram instituições de responsabilidade das secretarias de ação social, só anos depois de sua implementação depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 tornaram-se responsabilidade das secretarias de educação dos municípios assumindo um caráter educacional:

Como dever do Estado, a Educação Infantil é uma novidade da Constituição Federal de 1988. Aparece na LDB de 1996 como incumbência dos municípios e deveria, até 1999(três anos após a promulgação da LDB) estar integrada ao respectivo sistema de ensino... (LIBÂNEO, 2012, p. 345).

Enfim, as atividades voltadas ao atendimento e educação das crianças pequenas se afirmaram e conquistaram espaço na educação brasileira. Surgem, além da LDB, outros documentos oficiais para garantir o funcionamento e orientar as práticas a serem desenvolvidas, a partir daí surge a denominação de Educação Infantil. Esta nasceu em 1988 após a nova Constituição onde a criança passou a ser vista não mais como um objeto a ser mantido sob tutela, mas como indivíduo com direitos e deveres e se firmou na década de 1990.

Neste contexto Foi criado o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998) que trouxe uma sistematização do conhecimento, com foco para a ideia de identidade, autonomia, importância do brincar e sobretudo voltado para o desenvolvimento dos aspectos cognitivo, físico e social das crianças, nele: “A elaboração de propostas educacionais, veicula necessariamente concepções sobre criança, educar, cuidar e aprendizagem, cujos fundamentos devem ser considerados de maneira explícita” (BRASIL, 1998).

E também as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 1998) contemplando o trabalho nas creches e pré-escolas, além de nortear as propostas curriculares e os projetos pedagógicos, estabelecerão paradigmas para a própria concepção destes programas de cuidado e educação, com qualidade (CNE /CEB 22/1988). Esta proposta do MEC vem se integrar aos esforços de várias secretarias de estados municípios no sentido de qualificar o atendimento da educação infantil.

2.2 CRECHES, UM CAMPO DE TRABALHO UNICAMENTE FEMININO?

Historicamente a educação infantil sempre foi colocada aos cuidados femininos e, comumente este segmento educacional permanece sendo visto como campo de trabalho reservado à atuação feminina. Como se observa em diversas narrativas:

O papel do **adulto** que interage com a criança no cotidiano do espaço da educação infantil é fundamental para garantir essa almejada qualidade no atendimento. A implementação de uma proposta pedagógica pautada nessa concepção exige que **a educadora** tenha interação educativa planejando sua função de mediadora das aprendizagens das crianças, de lançar desafios com base na avaliação de todo o processo educativo. Isso sugere que **ela** necessita – além de ser reconhecida como profissional, receber condições de trabalho... (LEITE e NUNES, 2010, p. 79 grifos meus).

Sem dúvidas a interação, implementação de uma proposta pedagógica, assim como planejamento e a mediação do ensino; além de condições de trabalho satisfatórias são de total importância para a qualidade do atendimento na educação infantil. O que merece destaque no fragmento a cima são os termos utilizados pelos autores para se referir ao profissional da educação infantil.

Ao analisar o trecho descrito percebemos o uso de termos femininos, em sua maioria, fato que aponta para o protagonismo feminino da docência infantil e a ausência do homem nestes espaços educacionais. Na primeira frase, com o termo destacado “adulto”, os autores consideram a possibilidade de pessoas de ambos os sexos atuarem no cotidiano educacional. Visto que não há impedimentos legais para a presença masculina na docência infantil. Seguindo no mesmo trecho os autores retomam a figura do profissional docente utilizando os termos “educadora” e “ela”, nota-se que a neutralidade de termos quanto ao gênero foi ignorada pelos autores. Os termos revelam marcas de um discurso baseado na naturalidade do senso comum sobre a educação infantil, os autores citados demonstram, nas entrelinhas, reconhecer que este é um trabalho realizado por mulheres em sua maioria.

Várias narrativas, até mesmo de livros sobre educação infantil, trazem com clareza termos femininos ao mencionar os educadores infantis. Em contrapartida existe a necessidade da utilização de termos neutros no que se refere ao gênero docente da educação infantil em razão da parcela, ainda pequena, mas existente da atuação masculina nas salas de aula.

Poucos são os homens que se interessam pela educação infantil, especialmente pelas creches, como campo de atuação profissional. Isto se dá por além da trajetória histórica desta etapa de ensino, por fatores como a naturalização da educação infantil como uma atividade maternal que requer a dedicação feminina, o preconceito que recebem os poucos docentes que atuam nesta etapa educacional, o medo do abuso sexual que os pais revelam sentir em relação a estes profissionais e também pela desvalorização salarial que acomete os docentes da educação básica.

O pequeno número de professores homens atuando nas creches e pré-escola pode estar ligado também a fatores históricos como a busca de atividade mais lucrativa e a feminização do magistério – construção social que surgiu no século XIX, onde diante dos processos de industrialização e necessidade do aumento da produção criou-se a ideologia capitalista de que mulheres teriam uma suposta vocação para o ensino. Quando na verdade o interesse de introduzir a figura da mulher na docência se devia ao fato de receberem menores salários para o desempenho desta função.

(...) Havia uma grande pressão pela expansão do ensino público e para que isso se concretizasse era necessária a diminuição das despesas com professores, tendo em vista que as mulheres ganhavam menos e que os homens não aceitariam menores salários, concluiu-se ser necessário que as mulheres assumissem esse posto, com o argumento que estas teriam uma suposta vocação para o cargo (HENTGES, 2013, p. 18).

Estes números também podem estar relacionados a imitação dos papéis sociais como marca de uma construção histórica sobre as atividades corretas a serem desempenhadas por cada gênero – a divisão sexual do trabalho observada desde a infância.

Professoras são vistas, em diferentes momentos, como solteironas ou “tias”, como gentis normalistas, habilidosas alfabetizadoras, modelo de virtude, trabalhadoras da educação; professores homens foram apresentados como bondosos orientadores espirituais ou como severos educadores, sábios mestres, exemplos de cidadãos (LOURO, 2010, p. 100).

A maneira como se veem as representações destes sujeitos vem das relações de poder construídas pelo senso comum. A representação feminina demonstra a profissão docente como um meio de valorização compensatório da mulher, explicitando que mesmo sem o sucesso da naturalizada missão feminina de casar-se e ser mãe, a mulher pode, ainda, fazer algo admirável e produtivo à sociedade. Assim ensinar era uma forma digna de contribuir com

a sociedade e de se tornar alguém respeitável diante da sociedade, mesmo com o considerado “fracasso” de não casar-se. Representação esta que evidencia a feminização do magistério que estabelece e reforça a estreita ligação entre a mulher professora e a criança; chegando a infantilizar o processo de formação de professores da educação básica (LOURO, p. 107).

Já a representação masculina revela sujeitos firmes e exemplares, talvez por isso menos indicados ao trabalho nas creches; não revela nenhum insucesso social ou profissional como no caso feminino. Demonstra o homem como sujeito mais bem sucedido. Fato que curiosamente se contrapõe à realidade educacional atual e a instituição escolar do país que foi prioritariamente masculina regida pelos jesuítas. Por ter inaugurado os processos de escolarização no Brasil, os homens, portanto deveriam constituir um número maior na docência infantil e conseqüentemente em toda educação básica do país.

Mesmo sendo um pequeno número estes profissionais desempenham um trabalho satisfatório no ambiente das creches, demonstram-se capazes de atuar e conseguir bons resultados no que se refere aos processos de ensino-aprendizagem apoiados em sua formação acadêmica; são profissionais com aporte teórico e criatividade necessários para o desempenho desta função. Questões como a higiene – o banho, a troca de fralda; a indisciplina – a birra; inquietação e sono naturais da educação infantil não são desafios impossíveis para a atuação profissional docente de nenhum gênero.

A docência masculina na creche amplia as possibilidades de construção da personalidade das crianças através da identificação, reprodução de comportamento e diversificação da interação social das crianças neste período de descobertas, aprendizagens e leitura do mundo, onde o educador ou educadora servem de referência para os educandos.

3 METODOLOGIA

O enfoque abordado neste estudo foi o qualitativo que atua com o universo dos motivos, aspirações, valores, atitudes e significados, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, buscando o aprofundamento da compreensão dos valores culturais, sociais e éticos (MINAYO, 2004).

Conscientes de que a pesquisa é um processo permanentemente inacabado com o objetivo de resolver um problema recorrendo a procedimentos científicos; esta pesquisa teve início a partir da montagem de um cronograma de instituições de educação infantil a serem visitadas. Sendo as creches municipais da área urbana da cidade de Guarabira- PB o foco da pesquisa. Durante as visitas foram realizadas observações sistemáticas nas salas de aula visando a investigação da participação e / ou a ausência da atuação masculina na docência da educação infantil.

Este estudo se deu a partir de uma pesquisa de campo que além das observações realizadas apoiou-se também numa bibliografia ainda limitada, mas que permitiu subsídios para o exame da docência masculina infantil sob um novo enfoque. Diante da realidade observada surgiu a necessidade de ampliar o campo de pesquisa inicial e, conseqüentemente, os recursos utilizados para compreender e buscar possíveis elementos que justificassem o fenômeno analisado. Nesta etapa posterior tornou-se pertinente buscar novos atores que estivessem ou viessem estar interferindo naquela realidade para sua mudança ou para sua conservação.

Com relação à amostragem, participaram desta pesquisa cinco instituições municipais de educação infantil- creches situadas no município de Guarabira- PB, nas quais foram realizadas as observações voltadas aos profissionais docentes. Um ex-professor que atuou na educação infantil em duas creches da cidade com seu relato apontando suas inquietações e desafios referentes ao período em que atuou como docente, além de cinco estudantes de pedagogia, sendo todos pré-concluintes do campus universitário situado no município citado e, portanto futuros profissionais que poderão atuar no cenário pesquisado. Entre eles três do sexo masculino e duas do sexo feminino. Ambos responderam às entrevistas onde expõem suas opiniões pessoais com relação à atuação masculina na educação infantil.

A partir da análise dos dados coletados com os procedimentos empregados: observações sistemáticas, análise de relato de experiência e entrevistas semi-orientadas “aquelas que partem de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que oferecem amplo campo de interrogativas” (TRIVIÑHOS, 1987),

realizamos este estudo buscando uma reflexão sobre os caminhos percorridos pelos processos de educação infantil no Brasil. E, sobretudo propomos, a partir de um estudo descritivo, estimular a discussão da visão estereotipada da docência infantil como um campo de trabalho unicamente feminino.

Tendo em vista que “a pesquisa pode ser definida como um conjunto de atividades orientadas a fim de se encontrar um conhecimento específico” (RUDIO, p. 30). Portanto, tratamos aqui dos resultados de um estudo de uma pesquisa de natureza básica, sem a intenção de interferir na realidade, e sim de gerar conhecimentos que possam ampliar as discussões acerca desta temática. Bem como permitir uma reflexão sobre os fatores que contribuem para que este fenômeno ocorra. Além de fomentar o debate sobre a docência masculina na educação infantil e de outras temáticas que envolvam gênero e docência, questões ainda pouco discutidas no âmbito educacional.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao analisar documentos como LDB (BRASIL, 1996), RCNEI (BRASIL, 1998), Resolução CNE/ CEB 5/ 2009 e BNCC (BRASIL, 2017), que regem a educação infantil constatamos que em nenhum deles há preferência entre os gêneros em relação aos profissionais docentes. Com isso percebemos que não existem impedimentos legais para atuação masculina na educação infantil. Embora ao adentrar nas salas de instituições infantis percebemos que a grande maioria docente é formada por mulheres assim como foi observado nas creches municipais situadas na área urbana de Guarabira, tomadas como amostra de pesquisa.

Diante da ausência da atuação masculina constatada nas instituições visitadas se torna necessária uma reflexão mais profunda no que concerne aos desafios e entraves que o profissional de educação infantil vivencia diariamente como os relatados a seguir pelo professor João que atuou como professor na educação infantil em creches municipais de Guarabira - PB no período de 2010 a 2017, como também dos motivos desta ausência. Segue o seu depoimento:

Desde que atuei como professor de educação infantil me sentia um tanto constrangido por se homem atuando numa função que é mais direcionada para as mulheres, por que nem tudo da função eu poderia executar, como por exemplo: dar banho e fazer toda a higienização da criança. Como sempre trabalhei com outra professora em sala, ela fazia essa parte do “cuidar”, a minha parte de execução das atividades era de aplicar a parte pedagógica, brincar com eles, ajudar nas horas das refeições e colocar para dormir. Por não fazer tudo aquilo que a função exigia que eu fizesse, com certeza, fiquei constrangido. Com relação aos pais e responsáveis, eu te falo com franqueza que alguns pais tinham sim um certo receio de deixar os filhos nas mãos de um professor e não de uma professora. Senti essa rejeição por parte de alguns pais de meninas, principalmente quando eu estava só em sala algumas mães não deixavam as crianças na creche. Como se trata de educação infantil denota-se na mentalidade dos pais que quem vai estar na creche para receber suas crianças é uma professora e quando se deparam com um professor homem para alguns pais se torna um pouco chocante. Mas digo com toda certeza que fiz um bom trabalho moldado em cima do profissionalismo e dedicação naquilo que me competia fazer (PROFESSOR JOÃO)³

³ Nome fictício.

As limitações como o cuidado e a higienização das crianças impostas ao professor, assim como a responsabilidade apenas pedagógica e de apoio, bem como a expressa desconfiança por parte dos pais relatada pelo professor revelam o preconceito que grande parte da sociedade demonstra diante do trabalho do professor com crianças pequenas além do quanto estes profissionais se sentem constrangidos com estas situações. O estranhamento ainda é frequente e “acontece porque ao se inserir nesse espaço esse professor rompe com as estruturas dessa instituição estritamente feminina” (HENTGES, 2013, p. 33).

A chegada de um homem num espaço que até então era apenas feminino pode causar estranhamento, incômodo e até desconfiança nos pais e responsáveis que não costumam se mostrar a vontade com a situação posta. Uma possível razão para que isto ocorra é o medo do abuso sexual já que se trata de um homem cuidando, higienizando crianças menores de 04 anos de idade, crianças pequenas e por isso vistas como vulneráveis à abusos ou maus tratos.

Retomando a questão da inserção do homem no espaço de educação infantil, o medo da pedofilia configura um dos maiores entraves dessa atuação docente, sobretudo dos pais de menina, como relatado pelo professor João; já que estes profissionais passam muito tempo com as crianças e são responsáveis pelos cuidados e higiene dessas crianças. A hora do banho é complicada no imaginário dos pais e por isso se torna o momento mais temido. Medo esse que não costuma existir quando a docente é uma mulher. Neste sentido:

(...) a ideia corrente de que só os homens são abusadores em potencial, por possuírem uma sexualidade tida no senso comum como incontrolável, quase “animalesca”. Outro equívoco é associar a pedofilia e o pedófilo aos homossexuais, como se estes representassem um perigo constante aos bons costumes e às práticas sexuais legítimas. É preciso lembrar também que as estatísticas dificilmente fazem referência às mulheres, na medida em que estas, no exercício da maternidade ou na função de cuidadoras de crianças, parecem estar acima de qualquer suspeita, o que nem sempre é verdade (FELIPE *apud* HENTGES, 2013, p. 36).

Uma questão que se apresenta fortemente neste cenário é o estereótipo, considerar o docente desta fase como homossexual, mais uma questão que não se aplica às professoras. Por desempenhar uma função predominantemente feminina a sociedade tende a especular sobre a orientação sexual dos docentes homens da educação infantil. Afirmar seus interesses e preferências sem levantar desconfiança nos pais e responsáveis sobre sua conduta e atuação é um grande desafio enfrentado por estes profissionais. Isto devido aos cuidados necessários nesta fase, vistos como cuidados femininos e até maternos, que são desempenhados por estes

educadores gera-se um questionamento sobre seus interesses afetivos por parte, especialmente dos pais, motivados pelo medo do abuso sexual dentro do ambiente educacional.

Diante disso estes profissionais preferem evitar estar sozinhos com as crianças, sempre buscando apoio de seus pares e auxiliares que costumeiramente são mulheres. Visto que estas não são alvo de especulações ou insegurança dos pais dos alunos. Ficando claro que ganhar a confiança dos responsáveis pelas crianças se torna o principal entrave para a atuação da docência masculina. Sabemos que a orientação sexual de uma pessoa é algo pessoal e intrasferível e que não define a atuação profissional da mesma. Este e outros fatores costumam causar constrangimento aos professores de educação infantil, pois afetam diretamente o relacionamento dos pais com os professores.

A imagem estereotipada do professor de creche como homossexual resulta numa visão de um mau exemplo para as crianças, um modelo a não ser seguido. Além do medo do abuso, os pais/ responsáveis temem também que este, de alguma forma, influencie os gostos e interesses de seus filhos. Isto revela que a masculinidade deste profissional está em discussão a todo o momento. Ainda persiste o argumento de que “ensinar criancinha é coisa de mulher”. De discursos como este vem o constrangimento que alguns professores sofrem ao afirmar que trabalham na educação infantil.

Curiosamente professores de outras fases de ensino, que lidam com crianças de faixa etária maior, adolescentes ou adultos não passam por isso. São profissionais mais respeitados socialmente. Fato que nos leva a refletir sobre o porquê de apenas na educação infantil a atuação, conduta e orientação sexual destes profissionais docentes são questionadas? A resposta pode estar na independência ou vulnerabilidade que na visão da sociedade, estes alunos podem ou não ter no ambiente escolar. Como refletir sobre os entraves da docência masculina na educação infantil sem considerar a formação de professores?

Diante destas questões e da ausência da atuação masculina nas creches torna-se importante pensar na formação dos profissionais docentes e, portanto pertinente as colocações dos estudantes de Pedagogia à cerca desta temática conflitante. Como veem e se veem diante das oportunidades e escolhas de campo de trabalho que esta formação lhes oferece em relação à docência.

Tomamos como amostra da população de pedagogos em formação cinco estudantes de pedagogia em período de estágio supervisionado na educação infantil, que entrevistamos, com contato direto nas creches, conscientes de que este curso forma profissionais para atuar na educação infantil – sendo nas instituições creches e pré-escolas e para os anos iniciais do ensino fundamental. Os estudantes responderam a dez questões sendo duas sobre a

identificação pessoal dos estudantes e oito direcionadas diretamente a uma possível atuação dos mesmos na educação infantil. Entre as questões destacamos aqui os itens 4, 8 e 10 presentes na entrevista:

4. Sabemos que este curso lhe habilita a trabalhar com os segmentos de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, com qual deles você preferiria trabalhar? Responderam:

“Gostaria de atuar na educação infantil, em qualquer série” (Estudante A).

“Pretendo ensinar na educação infantil em todas as séries de maternal a jardim” (Estudante B).

“Prefiro trabalhar no ensino fundamental, até o 5º ano” (Estudante C).

“Não pretendo ensinar, mas escolheria o ensino fundamental se fosse fazê-lo” (Estudante D).

“4º ou 5º ano do ensino fundamental para ensinar, me identifico mais” (Estudante E).

Ao serem questionados em relação à etapa que desejariam atuar, curiosamente apenas as mulheres participantes optaram pela educação infantil (as estudantes A e B), os homens afirmam preferir atuar no ensino fundamental (estudantes C, D e E). Fica clara a abertura feminina para o trabalho na educação infantil, o mesmo não se observa na fala dos homens dentre suas respostas transcritas acima. Estes, por sua vez, nem consideram a possibilidade de atuação na docência de crianças de 0 a 5 anos. Esta preferência masculina apresentada por estes estudantes pelo ensino fundamental pode estar ligada a realidade observada da escassez de profissionais do sexo masculino atuando na docência das creches de Guarabira, cidade onde situa-se o campus que os mesmos frequentam e realizaram estágio na educação infantil municipal.

O desinteresse dos estudantes de Pedagogia do sexo masculino pode surgir da falta de profissionais homens com os quais estes pudessem se identificar durante o estágio. Pode ainda resultar, entre outras coisas, da naturalização da creche como um espaço feminino. “A naturalização da educação infantil como espaço feminino acaba por dificultar a construção da profissão de professor / a de educação infantil e a definição deste profissional” (HENTGES, 2013).

Para ir mais longe, considerando neste sentido, que tanto a profissão de pedagogo / pedagoga, quanto à docência na educação infantil são construções elaboradas pelo trabalho diário de homens e mulheres e não estão determinadas por uma estrutura de gênero que seria o ponto fundamental da profissão (HENTGES, 2013, p. 20).

Utilizamos estes relatos como norte para compreender as escolhas dos estudantes, mesmo tendo em vista que as estudantes A e B (mulheres) optaram pela educação infantil

desde as primeiras questões presentes na entrevista, enquanto os estudantes C, D e E (homens) não se mostraram interessados pela docência infantil, retomamos na entrevista a questão principal – a docência masculina na educação infantil presente na questão 08:

8. O que você pensa sobre a possibilidade de professores homens trabalharem na docência de crianças de 0 a 4 anos de idade?

“Muito importante e de extrema necessidade para quebrar essa visão estereotipada que a docência infantil é voltada apenas para o gênero feminino” (Estudante A).

“As possibilidades partem dos professores homens de mostrarem suas competências e habilidades nos atos de cuidar e educar” (Estudante B).

“Seria uma quebra de tabu a presença masculina e tanto a presença feminina com a masculina são importantes no desenvolvimento da criança como um todo” (Estudante C) nas salas de aula das creches há mais mulheres que homens cuidando das crianças.

“Com base no meu estágio nas salas de aula das creches há mais mulheres que homens cuidando das crianças, vejo que a possibilidade é pequena, mas ela existe” (Estudante D).

“Acredito que ainda exista grande preconceito no que diz respeito a atuação de homens nas salas com crianças nessa faixa etária” (Estudante E).

(...) masculinidades e feminilidades como processos relacionados ao trabalho pedagógico, ao espaço institucional, às crianças e aos profissionais conduzindo a percepção de que há um mundo social onde as relações acontecem no qual subjetividades e identidades se inter cruzam interferindo nas interações (SAYÃO *apud* HENTGES, 2013, p. 22).

As falas de todos demonstram apoio à docência masculina infantil. E mais especificamente as palavras do Estudante C ao ressaltar a importância da presença feminina e masculina no espaço de educação infantil por contribuir para a identificação pessoal das crianças como aponta o autor citado no que diz respeito a percepção de mundo social que deve ser construída com as crianças, bem como dos processos de construção da personalidade humana desde cedo, estes processos também se dão no ambiente educacional.

Com relação à experiência ou contato com crianças de 0 a 03 anos (questão 06 presente na entrevista) a maior parte dos entrevistados revela ter tido contato com crianças pequenas apenas no ambiente familiar nos casos de filhos, irmãos, primos ou no estágio supervisionado do curso de pedagogia. Somente a estudante A afirma ter tido uma experiência docente com crianças desta faixa etária.

Assim consideramos pertinente também à visão dos estudantes sobre o estágio, reconhecendo a necessidade do estágio para a compreensão dos processos de ensino aprendizagem e de início da construção de uma prática necessária a todos os profissionais. Além da complexidade em unir teoria e prática.

(...) no estágio dos cursos de formação de professores, compete possibilitar que os futuros professores compreendam a complexidade das práticas institucionais e das ações aí praticadas por seus profissionais como alternativa no preparo de sua inserção profissional (PIMENTA e LIMA, p. 43).

Destacamos também esta outra questão presente na entrevista relacionada ao estágio e a atuação dos estudantes:

10. Como você avalia a sua atuação no estágio de observação e vivência realizado na creche?

“Tive um excelente rendimento, pois diante da observação e vivência atuei no que foi possível em relação às atividades ofertadas para as crianças na creche” (Estudante A).

“Minha atuação foi participativa, na qual busquei observar as vivências da prática na creche” (Estudante B).

“Foi uma experiência muito importante para o desenvolvimento de nossa carreira, pois trás para nós estudantes os conhecimentos, competências e experiências práticas daquilo que estudamos na universidade” (Estudante C).

“Foi uma experiência boa” (Estudante D).

“Proveitosa, as experiências adquiridas ali não poderiam ser obtidas em nenhum outro ambiente, mesmo ambientes educacionais” (Estudante E).

Tomando o estágio como essa oportunidade de observação da prática docente os estudantes entrevistados relatam sua atuação no estágio realizado nas creches municipais como uma atividade positiva e importante. Suas respostas enaltecem a importância das atividades proporcionadas pelo estágio tendo em vista que estas permitem ampliar sua visão sobre os fazeres pedagógicos próprios da educação infantil. Estes relatos afirmam a singularidade dos processos educacionais da educação infantil e da necessidade de estudar estes processos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade observada, dos dados coletados e relatos que possibilitaram a execução deste estudo concluímos que a docência masculina na educação infantil ainda é uma questão conflitante na sociedade atual e proveniente de uma construção história do país, onde o magistério se tornou atividade feminina e nele, segundo a sociedade, não há espaço para a atuação do homem.

Os homens atuando na educação infantil configuram uma pequena parcela de docentes que se aventuram ao ingressar em um campo de trabalho predominantemente feminino. Esta pequena participação do homem na docência infantil tem gerado polêmica. São várias as situações onde estes profissionais revelam sofrer preconceito e também constrangimentos diários.

Perpassam ainda pela docência masculina infantil questões e desafios que não são impostos às mulheres que desempenham a mesma função, como a conduta, orientação sexual costumeiramente postas em discussão. Ganhar a confiança dos pais e responsáveis dos alunos é o maior desafio enfrentado por estes profissionais. É frequente nos pais o medo de agressões e abuso sexual por deixar seus filhos pequenos e vulneráveis com um professor. Professores desta etapa de ensino ainda sofrem com a visão estereotipada sobre sua masculinidade expressada pela sociedade. Entre tantas outras questões, por isso as mulheres são vistas perante a sociedade como as profissionais mais aptas, confiáveis e adequadas para desempenhas esta função.

No que se refere às leis que regem a educação infantil brasileira não existem impedimentos para a atuação masculina. Documentos como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil -RCNEI e Base Nacional Comum Curricular – BNCC, neles verificam-se uma neutralidade de termos ao se referir ao profissional docente, portanto fica claro que não há especificação de gênero pra exercer esta função. Mesmo assim as mulheres são maioria nas salas de educação infantil como um todo, sobretudo nas creches.

O fato de presenciar a tradição da atuação feminina infantil pode explicar a pouca identificação do homem por esse campo de trabalho, especialmente pelos acadêmicos e pedagogos que mesmo estando habilitados por sua formação acadêmica para lecionar na educação infantil preferem atuar nos anos iniciais do ensino fundamental.

Concluimos que a pequena parcela de professores atuando nas creches, as situações de constrangimento e preconceito vivenciadas e relatadas por estes profissionais; bem como o desinteresse dos pedagogos e estudantes por este campo de atuação são resultados da construção social histórica do país. Que tem sua origem na inserção da mulher mercado de trabalho quando se iniciaram os processos de industrialização no Brasil.

Quando no período pós-proclamação da república inicia-se os processos de industrialização capitalista onde se prezava por mão de obra barata, com isso as mulheres iniciam o trabalho nas fabricas já que os homens, neste período, buscavam atividades mais rentáveis.

Paralelamente ao ingresso das mulheres no mundo do trabalho surgia a necessidade de alguém que cuidasse das crianças filhas das mulheres trabalhadoras e das crianças em situação de risco. Assim as mulheres conseguiram espaço e protagonismo no atendimento as crianças pequenas em suas casas e posteriormente nas instituições de ensino. Atendimento que se reconfigurou de assistencialista a educativo ao longo do tempo. Conseqüentemente o homem que durante este processo desempenhava funções distintas não conseguiu espaço neste cenário.

Todo este processo naturalizou o cuidado e a educação das crianças pequenas como atividade feminina. As mulheres quebraram um paradigma ao se inserirem no mercado de trabalho e no mundo do ensino que foi inaugurado no Brasil pelos homens, os padres jesuítas. E com isso automaticamente construiu-se o paradigma que veta a atuação do homem na educação infantil que necessita ser quebrado na sociedade atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Senado Federal, Brasília, atualizada 2017.

_____. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. MEC/ SEF Brasília- DF. 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil**/ Secretaria de Educação Básica – Brasília: MEC/ SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. 3ª versão. Brasília- DF, 2017.

HENTGES, Karine Jacques. *As Relações De Gênero E A Docência Masculina Na Educação Infantil*. Monografia de Especialização, Santa Maria- RS, 2013.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel. Org, Formação de Educadores em serviço: construindo sujeitos, produzindo singularidades, **In _____ Infância e Educação Infantil**. 9ª ed. Papyrus, Campinas- SP, 2010, P. 77- 79.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSHI, Mirza Seabra. Organização administrativa, pedagógica e curricular do sistema de ensino, **In _____ Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª ed. Cortez, São Paulo-SP, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes, Petrópolis- RJ, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro. Estágio Diferentes Concepções, **In _____ Estágio e Docência**, Cortez, São Paulo- SP, 2018, P. 33- 57.

OLIVEIRA, Zilda de Moraes Ramos. Os primeiros passos da história da educação infantil no Brasil, **In _____ Educação infantil fundamentos e métodos**. 7ª ed. Cortez, São Paulo, 2011. P. 91 – 102.

VIANELLO, Luciana Peixoto. Pesquisa científica: conceito, características e técnicas de pesquisa, **In _____ Métodos e Técnicas de Pesquisa**, EAD- Educação a Distância. P. 15- 35.

APÊNDICE

1	QUESTIONÁRIO	ENTREGUE	AOS	SUJEITOS
	PESQUISADOS.....			31



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
PESQUISA CIENTIFICA

Entrevista

01. Identificação (sexo e idade):

02. Por qual motivo você escolheu se graduar em Pedagogia?

03. Para você Pedagogia é um curso para ambos os sexos?

04. Sabendo que este curso lhe habilita a trabalhar com os segmentos de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, com qual deles você preferiria trabalhar?

05. Você pretende lecionar? Se sim em que série?

06. Sua visão em relação ao curso mudou desde sua entrada no campus? Se sim comente.

07. Você já teve alguma experiência/ contato com crianças de 0 a 03 anos? Disserte brevemente sobre ele.

08. O que você pensa sobre a possibilidade de professores homens trabalharem na docência de crianças de 0 à 03 anos?

09. Em sua opinião, o gênero define uma boa atuação na Educação Infantil?

10. Como você avalia a sua atuação no estágio de observação e vivência realizado na creche?
